

**PROCESSO N°91/2013
PREGÃO ELETRÔNICO N°36/2013**

**OBJETO: EDITAL RETIFICADO DE PREGÃO ELETRÔNICO
OBJETIVANDO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES DE
EQUIPAMENTO DE MARCAÇÃO DE PONTO PARA REGISTRO DE TRABALHO DOS
SERVIDORES MUNICIPAIS.**

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 03/12/2013 às 08h00min

LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 19/12/2013 às 08h00min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 19/12/2013 às 09h00min

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 19/12/2013 às 14h30min

LOCAL: **Município de Lavras do Sul no seguinte endereço eletrônico:**
www.pregaobanrisul.com.br para anexar proposta financeira e participar da sessão de lances.
No site www.lavrasdosul.rs.gov.br para conhecer a íntegra do Edital e seus anexos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: **365 (trezentos e sessenta e cinco) DIAS**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: **ITEM 12 DO EDITAL**

Patrícia Munhoz Pereira
Portaria 579/2013
Pregoeiro
e-mail: comliclavrasdosul@gmail.com e
comlic@lavrasdosul.rs.gov.br



Prefeitura Municipal de Lavras do Sul

CNPJ 88.201.298/0001-49

CEP 97390-000
Lavras do Sul/RS
Fone:55 3282 1244

EDITAL RETIFICADO

PROCESSO 91/2013 - P E nº 36/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta Licitação na modalidade de Pregão (eletrônico) do tipo menor preço por lote, nos termos da **Lei nº 10.520 de 17/07/2002** e do **Decreto Municipal nº 4960 de 07 de Outubro de 2008** com aplicação subsidiária da **Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores**, para **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme especificações descritas no **Termo de Referência (Anexo I)**, o qual passa a ser parte integrante do presente Edital, devendo ser observadas as seguintes disposições:

1. OBJETO:

1.1 – O objeto da presente licitação é a seleção de propostas visando o **Sistema de Registro de Preços, para possíveis Aquisições de Equipamento de Marcação de Ponto para Registro de Trabalho dos Servidores Municipais**, para possíveis aquisições pelo prazo de vigência da Ata, que é de um ano.

1.2 – Os produtos a serem registrados constam no ANEXO I deste edital, Termo de Referência, que faz parte integrante do mesmo.

1.3 – As quantidades constantes no ANEXO I deste edital poderão **não** ser adquiridas pelo Município. Se adquiridas, serão fornecidas pela(s) licitante(s) vencedora(s), mediante emissão de ordem de fornecimento (empenho), de acordo com o disposto neste edital, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

2 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A validade dos preços registrados será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

3 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.2 – Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão indicados quando da emissão das Notas de Empenho.

3.3 – Rubrica:

0048 04.122.0200 1.009.4.4.90.52.00.00.00.0001 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Administração.
0063 04.122.0200 1.010.4.4.90.52.00.00.00.0001 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Administração.
0138 08.244.0202 1.012.4.4.90.52.00.00.00.0001 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Planejamento.
0203 04.122.0206 1.018.4.4.90.52.00.00.00.0001 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Obras e Transportes.
0267 12.361.0208 1.028.4.4.90.52.00.00.00.00020 – Equip.Mat.Permanente – SMEC.
0268 12.361.0208 1.028.4.4.90.52.00.00.00.001049 – Equip.Mat.Permanente – SMEC.
0418 10.301.0213 1.029.4.4.90.52.00.00.00.0002 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Saúde.
0419 10.301.0213 1.029.4.4.90.52.00.00.00.00040 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Saúde.
0465 10.302.0213 2.117.4.4.90.52.00.00.00.004170 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Saúde.
0466 10.302.0213 2.117.4.4.90.52.00.00.00.004620 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Saúde.

4. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas que estiverem cadastradas e habilitadas junto à Seção de Cadastro da CELIC - Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecido neste edital.

5. CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento dos Licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema, obtidos junto à Seção de Cadastro da Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul – CELIC, de acordo com a *Instrução Normativa n.º 002/2004* daquele órgão.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema (CELIC) implica a responsabilidade legal do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Lavras do Sul, à CELIC, à PROCERGS ou ao BANRISUL responsabilidade por eventuais danos causados por uso indevido

da senha, ainda que por terceiros.

5.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Seção de Cadastro da CELIC e ao Departamento de Licitações e Contratos do Município, para imediato bloqueio de acesso.

6. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

6.1 A licitante vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus Administradores.
- c) Prova de Regularidade para com as Fazendas Municipal, Estadual, Federal e Certidão quanto a Dívida da União, sendo a Municipal do local da Sede do Licitante. As Certidões Municipais que não constarem o prazo de validade, somente serão consideradas se expedidas dentro de trinta (30) dias de antecedência da abertura das Propostas;
- d) Prova de Regularidade junto ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;
- e) Prova de Regularidade junto ao **Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)**;
- f) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica (válida se expedida dentro de 90 dias antes da abertura das Propostas).
- g) **DECLARAÇÃO** da proponente de que não pesa contra si declaração de **INIDONEIDADE** expedida por órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer esfera (conforme modelo **Anexo II**).
- h) **Declaração** de que não emprega menor e cumpre o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal, (conforme modelo no **Anexo III**).
- i) **Certidão Negativa de Débito Trabalhista**, de acordo com a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.
- j) Prova de Inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**.

6.2. Para as Empresas cadastradas neste Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu **Certificado de Registro de Fornecedor**, fornecido por esta Prefeitura ou por qualquer outro órgão da administração pública, rigorosamente em dia, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade, e acompanhado das seguintes certidões:

- a) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- c) Certidão Negativa Municipal da Sede da Licitante;
- d) **DECLARAÇÃO** da proponente de que não pesa contra si declaração de **INIDONEIDADE**, (conforme modelo no Anexo II);
- e) **Declaração** de que não emprega menor e cumpre o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal, (conforme modelo no Anexo III);
- f) **Certidão Negativa de Débito Trabalhista**, de acordo com a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.

6.3 O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

6.4 A Empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos no **Art. 42 à 45 da Lei Complementar 123 de 14 de Dezembro de 2006**, deverá apresentar **juntamente com o CREDENCIAMENTO, declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos no item 6.1 deste Edital.**

7. PROPOSTA

7.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras a sua proposta e lances.

7.2. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3. A **Proposta de Preço** deverá consignar, expressamente, a **IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA EMPRESA**, bem como, os **valores unitários e totais** dos bens, em moeda nacional. Nos preços deverão estar contempladas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, eventuais fretes obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, toda e qualquer despesa que venha a incidir sobre o preço.

7.4. O **valor unitário** do lote será considerado para a fase de lances.

7.5. Cronograma com o prazo de entrega dos bens, se houver.

7.6. A validade da proposta será de, no mínimo, 01 (um) ano, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7.7. As propostas deverão atender integralmente o **Termo de Referência** (Anexo I) deste Edital.

7.8. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos **preços unitários** ofertados até, no máximo, **duas casas decimais** após a vírgula, conforme Sistema Monetário Nacional.

7.9. Prazo de entrega conforme o especificado no Termo de Referência.

7.10. Não serão aceitos preços totais com mais de dois dígitos após a vírgula, sendo a proposta desclassificada quanto ao respectivo item.

8. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, com a divulgação das propostas de preço recebidas, as quais devem estar em perfeita consonância com o **Termo de Referência - Anexo I**, deste Edital.

8.2. Incumbirá aos Licitantes o acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão e a responsabilidade pelos ônus decorrentes da perda de negócios pela inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou em razão de desconexão.

8.3. Os Licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem excluídos do certame pelo Pregoeiro.

8.4 Será considerada aceitável a proposta que:

a) atenda a todos os termos deste Edital;

b) contenha preço compatível com os praticados no mercado.

Parágrafo Único. Constatada a existência de proposta(s) inexequível(eis), o Pregoeiro excluirá o Licitante da etapa de lances.

8.5. Aberta à etapa competitiva, os Licitantes poderão encaminhar lance exclusivamente por meio do provedor eletrônico.

8.6. Os Licitantes poderão, durante o horário fixado para recebimento de lances, oferecerem lances sucessivos, com valores inferiores ao último lance registrado no sistema.

8.7. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo o lance recebido e registrado em primeiro lugar pelo provedor.

8.8. Durante a sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais Licitantes, sendo vedada à identificação do detentor do lance, conforme **item 8.3** supracitado.

8.9. A etapa de lances será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá o período de tempo de **até 30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

Parágrafo Único. A sessão pública do Pregão só estará concluída após declarados os vencedores do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos Licitantes manterem-se conectados ao sistema até o final desta etapa.

8.10. O pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao Licitante que tenha apresentado o menor lance, para que seja obtido preço melhor e assim decidir sobre sua aceitação.

8.11. Em havendo desconexão entre o Pregoeiro e os demais Licitantes por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

8.12. Quando houver desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema permanecer acessível aos Licitantes para recepção dos lances, quando possível à retomada do certame pelo Pregoeiro, os atos até então praticados serão considerados válidos.

8.13. O Pregoeiro poderá suspender, cancelar ou reabrir a sessão pública a qualquer momento.

8.14. O Pregoeiro anunciará o Licitante de melhor lance, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.15. O Licitante detentor do melhor lance deverá encaminhar, **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, à Equipe de Apoio do Pregoeiro na Prefeitura Municipal de Lavras do Sul, R. Cel. Meza, 373 – centro – CEP 97390-000 a documentação relacionada no **item 6** deste Edital.

8.16. O Licitante deverá encaminhar os originais da documentação, bem como da proposta, devidamente

assinada pelo representante legal, no seguinte endereço:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL
Setor de Licitações
A/C Pregoeiro
Processo 91/2013 - PE - 36/2013
Rua Coronel Mesa 373 Centro CEP 97390-000
Lavras do Sul RS

8.17. Em sendo habilitado, o Licitante será considerado vencedor.

8.18. A proposta final, com o valor do lance aceito no Pregão, também poderá ser anexada ao Sistema Eletrônico do Banrisul, em campo próprio.

9 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

9.1 Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de menor valor e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances on line e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação do vencedor.

9.2 É vedada a oferta de lance com vista ao empate. O ordenamento do decremento dos lances será estabelecido pelo Pregoeiro no momento da sessão de disputa.

9.3 A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço unitário.

9.4 As normas disciplinadoras deste pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segura contratação.

9.5 Serão desclassificadas:

a) As propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do **item 6**.

b) As propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superfaturadas.

OBSERVAÇÃO: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.6 Não serão consideradas para efeito de julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

9.7 Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação e os recursos porventura interpostos.

9.8 A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações deste Município.

9.9 Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

10 – DA ADJUDICAÇÃO:

10.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante que ofertar o menor preço será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, para fins de cumprimento dos procedimentos inerentes ao Sistema informatizado, sem que isto represente compromisso de compra do Município para com os participantes, por tratar-se de licitação que visa SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.2 Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente até apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá **negociar** diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.3 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o sistema proclamará a vencedora, proporcionando a seguir a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte do licitante.

11- PRAZO E FORMA PARA A ENTREGA:

11.1 - Os equipamentos ora licitados deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias após o pedido, que se dará pelo envio de cópia do respectivo empenho, devendo entregar o equipamento exatamente como descrito no Edital.

11.2 – O Contrato de fornecimento deverá gerar garantia de no mínimo 01 (um) ano para os equipamentos que venham a ser adquiridos. Caberá à Empresa fornecedora disponibilizar responsável para que, independente da forma de transporte e entrega dos equipamentos, venha a instalar, testar e fornecer orientação técnica básica para uso e operação dos mesmos, no momento da entrega, aos servidores que forem designados responsáveis pela emissão de relatórios de efetividade, bem como oferecer assistência técnica com distância de, no máximo, 360km do Município. Cada unidade do equipamento deverá ser entregue acompanhada de 02 (duas) caixas de bobina do papel a ser usado pelo dispositivo, com 30 (trinta) bobinas em cada caixa.

11.3 – Os equipamentos ora licitados, deverão ser entregues no horário das 08:00 e às 12:00 horas, nos dias úteis, onde serão instalados e testados pelo responsável técnica devidamente disponibilizado pela empresa, nos endereços indicados no **Termo de Referência – ANEXO I** deste Edital.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão efetuados por esta Prefeitura Municipal em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, a partir da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo fiscal do Processo/Contrato.

12.2. A forma de pagamento do Município de Lavras do Sul é por empenho, com depósito em conta devidamente identificada pelo fornecedor em sua proposta.

12.3. Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens/serviços efetivamente entregues/realizados e atestados, mediante aposição de assinatura do servidor responsável pela fiscalização do Processo e futuros contratos, neste caso, os servidores Leandro Figueredo do Nascimento, pela Secretaria de Administração; Maria de Lourdes Teixeira Gonçalves, pela Secretaria de Planejamento; Sérgio Reis Machado Gomes, pela Secretaria de Saúde; Rita Helena da Silva Barbosa Freitas; Fabrício Fernandes Teixeira, pelas Secretarias de Obras e Transportes, e Meio Rural e Fomento Econômico – e pelo cumprimento das normas do Edital e da Ata de Registro de Preços.

12.4. O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

13 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1. Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços de que trata o presente Edital.

13.2. Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art.65,II “D”, da Lei 8.666/93 e alterações em vigor.

13.2.1. Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

13.3. O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pelo Município.

13.4. Independentemente da solicitação de que trata o item 11.2, a Administração poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da sua publicação na imprensa oficial do Município.

13.5. O preço alterado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

14 - DAS PENALIDADES

14.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

14.1.1. Pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar a sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

14.1.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

14.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no **subitem 14.1.1.** será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

14.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

14.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 30 (trinta) dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

14.5. Se por culpa do fornecedor, quando do recebimento da ordem de fornecimento (empenho), houver atraso superior a dez dias úteis na entrega do(s) produto(s), garantida a defesa prévia, sofrerá ele as seguintes penalidades:

14.5.1. Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

14.5.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15%(quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

14.5.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

14.5.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

14.5.5. A ocorrência das hipóteses previstas nos subitens **14.1.1. “a”** e **14.1.1. “b”** desta Cláusula, além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

14.5.6. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

14.5.7. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos no caso de inexecução total do contrato;

14.5.8. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Decairá do direito de impugnação dos termos do Edital de Pregão aquele que não se manifestar em até 02 (dois) dias úteis anteriores a data prevista para a abertura da sessão do Pregão, apontado as falhas e irregularidades que o viciaram.

15.2. Dos demais atos relacionados com o Pregão, ao final da sessão pública, qualquer Licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, expondo a síntese de suas razões, em formulário eletrônico específico, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

15.3. A falta de manifestação, conforme acima especificado, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação, pelo Pregoeiro, do objeto ao vencedor.

15.4. Não serão aceitos como recursos às alegações que não se relacionem às razões indicadas pelo Licitante recorrente na sessão pública.

15.5. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo, e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Os autos deste Processo permanecerão franqueados aos interessados, junto ao Setor de Compras e Licitação na Prefeitura Municipal de Lavras do Sul-RS, na Rua Coronel Mesa 373 Centro CEP 97390-000.

15.7. A apresentação de impugnação ou recurso, após o prazo estipulado no subitem anterior, receberá

tratamento de mera informação.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital deverão ser dirigidas por escrito ao Pregoeiro, através do e-mail comlic@lavrasdosul.rs.gov.br com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data marcada para a abertura da sessão pública.

16.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas, encontrar-se-ão à disposição dos interessados no site: www.pregaonlinebanrisul.com.br e/ou no site: www.lavrasdosul.rs.gov.br

16.3. Nenhuma indenização será devida ao Licitante pela apresentação de documentação ou proposta relativa a esta Licitação.

16.4. Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

16.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará o afastamento do Licitante, desde que, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os Licitantes, desde que, não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos Licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

16.8. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.9. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal** da **Microempresa** ou **Empresa de Pequeno Porte** estas **não** serão inabilitadas, podendo participar do certame licitatório.

16.9.1. Antes da adjudicação do lote à vencedora, sendo ela **Microempresa** ou **Empresa de Pequeno Porte**, será verificada sua regularidade fiscal.

16.9.2. Havendo alguma restrição na regularidade fiscal, será aberto prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para apresentar a regularização da restrição. Este prazo poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração.

16.9.3. A **não regularização da documentação no prazo previsto do item 16.9.2 implicará em decadência ao direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para a adjudicação do objeto, assinatura do contrato (quando for o caso) ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.**

16.9.4. Critério de desempate: Ressalvadas as demais hipóteses previstas expressamente em lei e neste Edital, como critério de desempate final será adotado o SORTEIO PÚBLICO, na forma estatuída no Art. 45, § 2º da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, em data e horário a ser definido pela Administração, inclusive podendo ser realizada na mesma sessão de julgamento das propostas, caso presentes os licitantes que apresentaram a proposta mais vantajosa à administração e que deram ensejo a adoção de tal medida.

16.10. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.11. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal e/ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

16.12. Os órgãos e/ou entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

16.13. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas.

16.14. A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

16.15. A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

16.16. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

16.17. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.18. Aplicam-se aos contratos decorrentes do registro de preços o disposto no Capítulo III e aos participantes do procedimento do registro de preços ou contratados o disposto no Capítulo IV, ambos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no que couber.

16.19. A participação nesta licitação implica aceitação de todos os termos deste Edital.

16.20. O Município de LAVRAS DO SUL adjudicará o objeto desta Licitação a **um ou mais Proponentes**, reservando-se, entretanto, o direito de contratar parcialmente o objeto, sem que advenha disto, direito a qualquer reivindicação ou indenização.

16.21. A apresentação da proposta será a evidência de que o Licitante examinou e aceitou completamente as normas desta Licitação, e que obteve da PMLS todos os esclarecimentos satisfatórios à sua confecção, inclusive referente às normas, instruções e regulamentos necessários.

17. DOS ANEXOS:

17.1. Fazem parte integrante deste edital:

a) **O Termo de Referência – Anexo I;**

b) **A Declaração de Inidoneidade – Anexo II;**

c) **A Declaração que não emprega menor – Anexo III;**

d) **A Minuta de Ata de Registro de Preços – Anexo IV;**

e) **A Minuta de Contrato – Anexo V;**

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da cidade de LAVRAS DO SUL RS para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Lavras do Sul, 24 de outubro 2013.

Alfredo Maurício Barbosa Borges
Prefeito Municipal

ANEXO I
PROCESSO 91/2013
PREGÃO ELETRÔNICO n° 36/2013

TERMO DE REFERÊNCIA

Início da Sessão de Disputa: 19/12/2013, às 14h30min.

Local: Município de LAVRAS DO SUL, pelo endereço eletrônico:
<http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br>

1. Objeto: Sistema de Registro de Preços, para possíveis Aquisições de Equipamento de Marcação de Ponto para Registro de Trabalho dos Servidores Municipais, conforme relação em anexo, pelo prazo de vigência da ata, que é de um ano.

2. Especificações e Quantidades:

- **01 REP Biométrico para a Sec. de Administração – Prédio Central;**
- **02 REP Biométricos para a Sec. de Planejamento;**
- **03 REP Biométricos para a Sec. Saúde;**
- **07 REP NÃO Biométricos para a Sec. de Educação e Cultura;**
- **02 REP NÃO Biométricos para a Sec. de Obras e Transpores; como mostra a tabela a seguir:**

Lote	Unid.	Quant.	Discriminação	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	Unid.	06	Registrador Eletrônico de Ponto – REP: é o equipamento de automação utilizado exclusivamente para o registro de jornada de trabalho e com capacidade para emitir documentos fiscais e realizar controles de natureza fiscal, referentes à entrada e à saída de empregados nas SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO – PRÉDIO SEDE, PLANEJAMENTO E SAÚDE. O REP BIOMÉTRICO deverá apresentar os seguintes requisitos: I - relógio interno de tempo real com precisão mínima de um minuto por ano com capacidade de funcionamento ininterrupto por um período mínimo de mil quatrocentos e quarenta horas na ausência de energia elétrica de alimentação; II - mostrador do relógio de tempo real contendo hora, minutos e segundos; III - meio de armazenamento permanente, denominado Memória de Registro de Ponto - MRP, onde os dados armazenados não possam ser apagados ou alterados, direta ou indiretamente, com capacidade mínima para 1 milhão de registros; IV - meio de armazenamento, denominado Memória de Trabalho - MT, onde ficarão armazenados os dados necessários à operação do REP, entre eles: dados do empregador: tipo de identificador do empregador, CNPJ ou CPF; identificador do empregador; razão social; e local da prestação do serviço; e	R\$ 4.000,00	R\$ 24.000,00

		<p>dados dos funcionários: nome, PIS e demais dados necessários à identificação do empregado pelo equipamento, com capacidade mínima de 100 funcionários;</p> <p>V - porta padrão USB externa, denominada Porta Fiscal, para pronta captura dos dados armazenados na MRP pelo Auditor - Fiscal do Trabalho;</p> <p>VI - para a função de marcação de ponto, o REP não deverá depender de qualquer conexão com outro equipamento externo;</p> <p>e</p> <p>VII - a marcação de ponto ficará interrompida quando for feita qualquer operação que exija a comunicação do REP com qualquer outro equipamento, seja para carga ou leitura de dados.</p> <p>As seguintes operações deverão ser gravadas de forma permanente na MRP:</p> <p>I - inclusão ou alteração das informações do empregador na MT, contendo os seguintes dados: data e hora da inclusão ou alteração; tipo de operação; tipo de identificador do empregador, CNPJ ou CPF; identificador do empregador; razão social; e local da prestação do serviço;</p> <p>II - marcação de ponto, com os seguintes dados: número do PIS, data e hora da marcação;</p> <p>III - ajuste do relógio interno, contendo os seguintes dados: data antes do ajuste, hora antes do ajuste, data ajustada, hora ajustada; e</p> <p>IV - inserção, alteração e exclusão de dados do empregado na MT, contendo: data e hora da operação, tipo de operação, número do PIS e nome do empregado.</p> <p>Cada registro gravado na MRP deve conter Número Seqüencial de Registro - NSR consistindo em numeração seqüencial em incrementos unitários, iniciando-se em 1 na primeira operação do REP.</p> <p>O REP deverá prover as seguintes funcionalidades:</p> <p>I - marcação de Ponto, composta dos seguintes passos:</p> <p>a) receber diretamente a identificação do trabalhador através de Leitor Biométrico, sem interposição de outro equipamento;</p> <p>b) obter a hora do Relógio de Tempo Real;</p> <p>c) registrar a marcação de ponto na MRP;</p> <p>II - geração do Arquivo-Fonte de Dados - AFD, a partir dos dados armazenados na MRP;</p> <p>III - gravação do AFD em dispositivo externo de memória, por meio da Porta Fiscal, preferencialmente USB;</p> <p>IV - emissão da Relação Instantânea de Marcações com as marcações efetuadas nas vinte e quatro horas precedentes, contendo:</p>		
--	--	---	--	--

			<p>a) cabeçalho com Identificador e razão social do empregador, local de prestação de serviço, número de fabricação do REP;</p> <p>b) NSR;</p> <p>c) número do PIS e nome do empregado;</p> <p>e</p> <p>d) horário da marcação.</p> <p>O registro da marcação de ponto gravado na MRP consistirá dos seguintes campos:</p> <p>I - NSR;</p> <p>II - PIS do trabalhador;</p> <p>III - data da marcação; e</p> <p>IV - horário da marcação, composto de hora e minutos.</p> <p>O Arquivo-Fonte de Dados será gerado pelo REP e conterá todos os dados armazenados na MRP, segundo formato descrito no Anexo I.</p> <p>O REP deverá atender aos seguintes requisitos:</p> <p>I - não permitir alterações ou apagamento dos dados armazenados na Memória de Registro de Ponto;</p> <p>II - não possuir funcionalidades que permitam restringir as marcações de ponto;</p> <p>III - não possuir funcionalidades que permitam registros automáticos de ponto.</p> <p>Cada unidade do REP deverá vir acompanhado de "Programa de Tratamento de Registro de Ponto" que é o conjunto de rotinas informatizadas que tem por função tratar os dados relativos à marcação dos horários de entrada e saída, originários exclusivamente do AFD, gerando o relatório "Espelho de Ponto Eletrônico", onde conste os registros individual de marcações de cada funcionário, com totalização de horas, e opção para banco de horas e horas extras, o Arquivo Fonte de Dados Tratados - AFDT e Arquivo de Controle de Jornada para Efeitos Fiscais - ACJEF. A função de tratamento dos dados se limitará a acrescentar informações para complementar eventuais omissões no registro de ponto ou indicar marcações indevidas.</p>		
Lote	Unid.	Quant.	Discriminação	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
02	Unid.	09	Registrador Eletrônico de Ponto – REP: é o equipamento de automação utilizado exclusivamente para o registro de jornada de trabalho e com capacidade para emitir documentos fiscais e realizar controles de natureza fiscal, referentes à entrada e à saída de empregados nas SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS	R\$ 2.500,00	R\$ 22.500,00

		<p>E TRANSPORTE, MEIO RURAL E FOMENTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO E CULTURA.</p> <p>O REP NÃO BIOMÉTRICO, baseado em CARTÃO DE PROXIMIDADE deverá apresentar os seguintes requisitos:</p> <p>I - relógio interno de tempo real com precisão mínima de um minuto por ano com capacidade de funcionamento ininterrupto por um período mínimo de mil quatrocentos e quarenta horas na ausência de energia elétrica de alimentação;</p> <p>II - mostrador do relógio de tempo real contendo hora, minutos e segundos;</p> <p>III - meio de armazenamento permanente, denominado Memória de Registro de Ponto - MRP, onde os dados armazenados não possam ser apagados ou alterados, direta ou indiretamente, com capacidade mínima para 1 milhão de registros;</p> <p>IV - meio de armazenamento, denominado Memória de Trabalho - MT, onde ficarão armazenados os dados necessários à operação do REP, entre eles: dados do empregador: tipo de identificador do empregador, CNPJ ou CPF; identificador do empregador; razão social; e local da prestação do serviço; e dados dos funcionários: nome, PIS e demais dados necessários à identificação do empregado pelo equipamento, com capacidade mínima de 100 funcionários;</p> <p>V - porta padrão USB externa, denominada Porta Fiscal, para pronta captura dos dados armazenados na MRP pelo Auditor - Fiscal do Trabalho;</p> <p>VI - para a função de marcação de ponto, o REP não deverá depender de qualquer conexão com outro equipamento externo; e</p> <p>VII - a marcação de ponto ficará interrompida quando for feita qualquer operação que exija a comunicação do REP com qualquer outro equipamento, seja para carga ou leitura de dados.</p> <p>As seguintes operações deverão ser gravadas de forma permanente na MRP:</p> <p>I - inclusão ou alteração das informações do empregador na MT, contendo os seguintes dados: data e hora da inclusão ou alteração; tipo de operação; tipo de identificador do empregador, CNPJ ou CPF; identificador do empregador; razão social; e local da prestação do serviço;</p> <p>II - marcação de ponto, com os seguintes dados: número do PIS, data e hora da marcação;</p> <p>III - ajuste do relógio interno, contendo os seguintes dados: data antes do ajuste, hora antes do ajuste, data ajustada, hora ajustada; e</p> <p>IV - inserção, alteração e exclusão de dados do empregado na MT, contendo:</p>		
--	--	---	--	--

		<p>data e hora da operação, tipo de operação, número do PIS e nome do empregado.</p> <p>Cada registro gravado na MRP deve conter Número Seqüencial de Registro - NSR consistindo em numeração seqüencial em incrementos unitários, iniciando-se em 1 na primeira operação do REP.</p> <p>O REP deverá prover as seguintes funcionalidades:</p> <p>I - marcação de Ponto, composta dos seguintes passos:</p> <p>a) receber diretamente a identificação do trabalhador através de Leitor Cartão de aproximação, sem interposição de outro equipamento;</p> <p>b) obter a hora do Relógio de Tempo Real;</p> <p>c) registrar a marcação de ponto na MRP;</p> <p>II - geração do Arquivo-Fonte de Dados - AFD, a partir dos dados armazenados na MRP;</p> <p>III - gravação do AFD em dispositivo externo de memória, por meio da Porta Fiscal, preferencialmente USB;</p> <p>IV - emissão da Relação Instantânea de Marcações com as marcações efetuadas nas vinte e quatro horas precedentes, contendo:</p> <p>a) cabeçalho com Identificador e razão social do empregador, local de prestação de serviço, número de fabricação do REP;</p> <p>b) NSR;</p> <p>c) número do PIS e nome do empregado;</p> <p>e</p> <p>d) horário da marcação.</p> <p>O registro da marcação de ponto gravado na MRP consistirá dos seguintes campos:</p> <p>I - NSR;</p> <p>II - PIS do trabalhador;</p> <p>III - data da marcação; e</p> <p>IV - horário da marcação, composto de hora e minutos.</p> <p>O Arquivo-Fonte de Dados será gerado pelo REP e conterá todos os dados armazenados na MRP, segundo formato descrito no Anexo I.</p> <p>O REP deverá atender aos seguintes requisitos:</p> <p>I - não permitir alterações ou apagamento dos dados armazenados na Memória de Registro de Ponto;</p> <p>II - não possuir funcionalidades que permitam restringir as marcações de ponto;</p> <p>III - não possuir funcionalidades que permitam registros automáticos de ponto.</p> <p>Cada unidade do REP deverá vir acompanhado de 150 unidades de</p>		
--	--	---	--	--

			<p>Cartões de Aproximação compatíveis com o mesmo e "Programa de Tratamento de Registro de Ponto" que é o conjunto de rotinas informatizadas que tem por função tratar os dados relativos à marcação dos horários de entrada e saída, originários exclusivamente do AFD, gerando o relatório "Espelho de Ponto Eletrônico", onde conste os registros individual de marcações de cada funcionário, com totalização de horas, e opção para banco de horas e horas extras, o Arquivo Fonte de Dados Tratados - AFDT e Arquivo de Controle de Jornada para Efeitos Fiscais - ACJEF.</p> <p>A função de tratamento dos dados se limitará a acrescentar informações para complementar eventuais omissões no registro de ponto ou indicar marcações indevidas.</p>		
--	--	--	---	--	--

2. Justificativa: O presente Registro de Preços se justifica em função da necessidade de um efetivo registro da jornada de trabalho dos servidores públicos desta Prefeitura, visto que na maioria das secretarias solicitantes, o registro é feito por meio de livro ponto e no caso da Secretaria de Administração, que já possui o equipamento, a necessidade se faz presente pelo fato do mesmo já apresentar desgaste decorrente do tempo de uso. A diferenciação entre REP Biométricos e Não Biométricos, se deve às peculiaridades em relação às condições de trabalho em algumas secretarias, as quais, em algumas situações, pode vir a prejudicar a leitura correta das digitais dos servidores.

3. Prazo de Entrega: Os equipamentos ora licitados deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias após o pedido, que se dará pelo envio de cópia do respectivo empenho, devendo entregar o equipamento exatamente como descrito no Edital.

3.1 – O Contrato de fornecimento deverá gerar garantia de no mínimo 01 (um) ano para os equipamentos que venham a ser adquiridos. Caberá à Empresa fornecedora disponibilizar responsável para que, independente da forma de transporte e entrega dos equipamentos, venha a instalar, testar e fornecer orientação técnica básica para uso e operação dos mesmos, no momento da entrega, aos servidores que forem designados responsáveis pela emissão de relatórios de efetividade, bem como oferecer assistência técnica com distância de, no máximo, 360km do Município. Cada unidade do equipamento deverá ser entregue acompanhada de 02 (duas) caixas de bobina do papel a ser usado pelo dispositivo, com 30 (trinta) bobinas em cada caixa.

4. Local de entrega: Os equipamentos ora licitados, deverão ser entregues no horário das 08:00 e às 12:00 horas, nos dias úteis, onde serão instalados e testados pelo responsável técnica devidamente disponibilizado pela empresa, nos seguintes endereços.

REP BIOMÉTRICOS: Total de 06 Unidades, sendo:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (01 unid. REP BIOMÉTRICO):

Prefeitura Municipal de Lavras do Sul - RS
Prédio Central da Administração
Rua Coronel Meza, nº373, Bairro Centro
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (01 unid. REP BIOMÉTRICO):

Centro do Bem Estar do Menor - CEBEM
Rua João Ricardo de Souza, nº178, Bairro do Hospital
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (01 unid. REP BIOMÉTRICO):

Departamento de Assistência Social - DAS
Rua Dr. Pires Porto, nº322, Bairro Centro
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

SECRETARIA DE SAÚDE (01 unid. REP BIOMÉTRICO):

Av. 9 de Maio, nº141, anexo a FMHHTC, Bairro Centro
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

SECRETARIA DE SAÚDE (01 unid. REP BIOMÉTRICO):

Unidade Básica de Saúde da Olaria
Rua Osvaldo Aranha, s/nº, Bairro Norte
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

SECRETARIA DE SAÚDE (01 unid. REP BIOMÉTRICO):

Unidade Básica de Saúde da Promorar
Rua Arlindo Paranhos, s/nº, Vila Dr. Calero
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

REP NÃO BIOMÉTRICOS: Total de 09 Unidades, sendo:

SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES (01 unid. REP NÃO BIOMÉTRICO):

Rua Alexandre Silveira, nº120, Bairro do Hospital
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

**SECRETARIA DO MEIO RURAL E FOMENTO ECONÔMICO
(01 unid. REP NÃO BIOMÉTRICO):**

Rua Alexandre Silveira, nº120, Bairro do Hospital
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (01 unid. REP NÃO BIOMÉTRICO):

SMEC
Rua Coronel Meza, nº373, Bairro Centro
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (01 unid. REP NÃO BIOMÉTRICO):

Escola Municipal Dr. Cláudio Teixeira Bulcão
Rua Coronel Meza, nº400, Bairro Centro
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (01 unid. REP NÃO BIOMÉTRICO):

Escola Municipal Fundamental Maria Joaquina de Menezes
Rua Otávio Leivas, nº11, Bairro Poty Medeiros
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (01 unid. REP NÃO BIOMÉTRICO):

Escola Municipal Fundamental Dr. Crispim Raymundo de Souza
Rua Dom Bosco, nº1.109, Bairro Dr. Breno Bulcão
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (01 unid. REP NÃO BIOMÉTRICO):

Escola Municipal Fundamental Professora Helena Dutra Ferreira
Rua Dr. Pires Porto, nº540, Bairro Centro
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (01 unid. REP NÃO BIOMÉTRICO):

Escola Municipal Fundamental Odessa Maria Teixeira Petrarca
Av. Edu Moreira – Ibaré – 2º Distrito
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (01 unid. REP NÃO BIOMÉTRICO):

Creche Municipal Professora Noêmia Nogueira Teixeira
Rua Valdemar dos Santos, nº165, Bairro Dr. Breno Bulcão
CEP 97390-000 Lavras do Sul/RS

5.Pagamento: Os pagamentos serão efetuados por esta Prefeitura Municipal em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, a partir da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo fiscal do Processo/Contrato.

5.1 A forma de pagamento do Município de Lavras do Sul é por empenho, com depósito em conta devidamente identificada pelo fornecedor em sua proposta.

5.2 Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens efetivamente entregues e atestados pelo Fiscal do Contrato.

6.Fiscal do Processo e Futuros contratos: Leandro Figueredo do Nascimento, pela Secretaria de Administração; Maria de Lourdes Teixeira Gonçalves, pela Secretaria de Planejamento; Sérgio Reis Machado Gomes, pela Secretaria de Saúde; Rita Helena da Silva Barbosa Freitas; Fabrício Fernandes Teixeira, pelas Secretarias de Obras e Transportes, e Meio Rural e Fomento Econômico.

7.Das penalidades: de acordo com o item 14 e seus subitens, do Edital.

8.Dotação Orçamentária:

0048 04.122.0200 1.009.4.4.90.52.00.00.00.00.0001 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Administração.
0063 04.122.0200 1.010.4.4.90.52.00.00.00.00.0001 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Administração.
0138 08.244.0202 1.012.4.4.90.52.00.00.00.00.0001 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Planejamento.
0203 04.122.0206 1.018.4.4.90.52.00.00.00.00.0001 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Obras e Transportes.
0267 12.361.0208 1.028.4.4.90.52.00.00.00.00.0020 – Equip.Mat.Permanente – SMEC.
0268 12.361.0208 1.028.4.4.90.52.00.00.00.00.1049 – Equip.Mat.Permanente – SMEC.
0418 10.301.0213 1.029.4.4.90.52.00.00.00.00.4002 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Saúde.
0419 10.301.0213 1.029.4.4.90.52.00.00.00.00.0040 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Saúde.
0465 10.302.0213 2.117.4.4.90.52.00.00.00.00.4170 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Saúde.
0466 10.302.0213 2.117.4.4.90.52.00.00.00.00.4620 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Saúde.

**Processo 91/2013
Pregão Eletrônico 36/2013**

ANEXO II

DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente). **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de **PROPONENTE** da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL, Processo 91/2013**, Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 36/2013**, que não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar com o **PODER PÚBLICO** em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

..... de de 2013.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO

E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

Processo 91/2013

PREGÃO ELETRÔNICO nº 36/2013

ANEXO III

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), _____ **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 36/2013**, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos, conforme o Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

, de de 2013.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO

E CARIMBO DA EMPRESA

*(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada
ou com o original para que se proceda à autenticação)*

ANEXO IV

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -

PROCESSO 91/2013

PREGÃO ELETRÔNICO 36/2013

Aos dias do mês de de 2013, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL** neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Alfredo Maurício Barbosa Borges, RG 5014663991 e CPF 302.378.310-15, residente e domiciliado à R. Mal. Floriano, esquina R. Cel. Meza, nesta cidade de Lavras do Sul, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro a empresa, representada pelo, com sede na, CNPJ, simplesmente denominada **FORNECEDOR**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, e homologada dia ___/___/2013, às fls., referente ao Processo 91/2013, modalidade de Pregão Eletrônico n° 36/2013 para **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para possíveis Aquisições de Equipamento de Marcação de Ponto para Registro de Trabalho dos Servidores Municipais, em Conformidade com a Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e nos termos da Lei 8.666/93, com suas alterações e Decreto Municipal n° 4.686/2007 consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. O objeto da presente Ata é o Registro dos Preços para possíveis **Aquisições de Equipamento de Marcação de Ponto para Registro de Trabalho dos Servidores Municipais**, conforme descrição (vide Termo de Referência – Anexo I), constantes do **Processo 91/2013 Pregão Eletrônico n.º 36/2013**.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.
2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IGPM ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta.
2. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Autoridade Competente desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.
6. O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: Processo protocolado no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de LAVRAS DO SUL e encaminhamento a Autoridade Competente com todos os documentos de que trata o **item 3** acima.
7. Independentemente do disposto no **item 3**, a Autoridade Competente poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial de LAVRAS DO SUL.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR **poderá** ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pela Secretaria Competente, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de LAVRAS DO SUL.
2. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contado da assinatura da presente ata.
3. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será solicitado pela Secretaria requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. Os pagamentos serão efetuados por esta Prefeitura Municipal em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, a partir da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo fiscal do Processo/Contrato, nesse caso, os servidores Leandro Figueredo do Nascimento, pela Secretaria de Administração; Maria de Lourdes Teixeira Gonçalves, pela Secretaria de Planejamento; Sérgio Reis Machado Gomes, pela Secretaria de Saúde; Rita Helena da Silva Barbosa Freitas; Fabrício Fernandes Teixeira, pelas Secretarias de Obras e Transportes, e Meio Rural e Fomento Econômico.
2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IGPM mensal incidente “pro rata die” desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IGPM será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.
3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados **não obriga** o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o Decreto Municipal nº 4.686/2007.
2. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL e o FORNECEDOR serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.
3. O MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.
4. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.
5. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.
6. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pela Secretaria do Município.
7. As regras estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços serão o regramento das obrigações contratuais decorrentes da Nota de Empenho (Contrato).
8. As licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho, independente do valor, sujeito à penalização.

CLÁUSULA VII - DA ENTREGA E DO TERMO DE RECEBIMENTO

1. O objeto será recebido provisoriamente pela Secretaria Competente, onde deve ser efetuada a entrega, ou por servidor designado pela Administração para recebimento do objeto contratado.
2. A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, expedido por servidor designado da pela Secretaria Competente.
3. O prazo para a emissão do TERMO E RECEBIMENTO DEFINITIVO será de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento provisório, em caso de não manifestação considerar-se-á aceito totalmente pelo Município.
4. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 7 (sete) dias, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).
5. O Contrato de fornecimento deverá gerar garantia de no mínimo 01 (um) ano para os equipamentos que venham a ser adquiridos. Caberá à Empresa fornecedora disponibilizar responsável para que, independente da forma de transporte e entrega dos equipamentos, venha a instalar, testar e fornecer orientação técnica básica para uso e operação dos mesmos, no momento da entrega, aos servidores que forem designados responsáveis pela emissão de relatórios de efetividade, bem como oferecer assistência técnica com distância de, no máximo, 360km do Município. Cada unidade do equipamento deverá ser entregue acompanhada de 02 (duas) caixas de bobina do papel a ser usado pelo dispositivo, com 30 (trinta) bobinas em cada caixa.
- 5.1 Os equipamentos ora licitados, deverão ser entregues nos seguintes endereços, no horário das 08:00 e às 12:00 horas, nos dias úteis, onde serão instalados e testados pelo responsável técnico devidamente disponibilizado pela empresa, nos endereços indicados no **Termo de Referência – Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA VIII – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:
 - 1.1. Pela Administração, quando:
 - a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;
 - b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar a sua justificativa;
 - c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
 - d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente decorrente do registro de preços;
 - e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
 - f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
 - 1.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no **subitem 1.1.** será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.
4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 30 (trinta) dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
5. Se por culpa do fornecedor, quando do recebimento da ordem de fornecimento (empenho), houver atraso superior a dez dias úteis na entrega do(s) produto(s), garantida a defesa prévia, sofrerá ele as seguintes penalidades:
 - 5.1. Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;
 - 5.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15%(quinze por cento) por

inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

5.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

5.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

5.5. A ocorrência das hipóteses previstas nos subitens **1.1. “a”** e **1.1. “b”** desta Cláusula, além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

5.6. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

5.7. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos no caso de inexecução total do contrato;

5.8. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Saúde, indicadas na requisição de despesa, quando da efetiva compra.

2. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal ou a quem delegar competência.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de LAVRAS DO SUL RS para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital Pregão Eletrônico 36/2013 para Registro de Preços e a proposta da empresas conforme tabela abaixo, classificada em 1º lugar, nos **LOTES** da licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Municipal nº 4.686/2007 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

LAVRAS DO SUL de de 2013.

Alfredo Maurício Barbosa Borges
Prefeito Municipal

Empresa Detentora do Preço Registrado
(Futura contratada)

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO / nº 2013

PARA AQUISIÇÃO de EQUIPAMENTO DE MARCAÇÃO DE PONTO PARA REGISTRO DE TRABALHO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O **Município de Lavras do Sul** pessoa jurídica, com sede na Rua Coronel Meza 373, Centro, nesta cidade, inscrita no CGC/MF nº 88.201.298.0001-49 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Alfredo Maurício Barbosa Borges, brasileiro, divorciado, Leiloeiro Rural, portador da Identidade nº 5014663991 CPF nº 302.378.310-15 doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa, com sede em
....., inscrita no CNPJ n.º, neste ato representada por seu Sócio-Gerente,, CPF n.º, doravante designada **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato para A AQUISIÇÃO de Equipamento de Marcação de Ponto para Registro de Trabalho dos Servidores Municipais, pelo PRAZO DE VIGÊNCIA da Ata de Registro de Preços, conforme especificações no anexo I, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, do Edital de **Pregão Eletrônico n.º 36/2013**, e do **Processo n.º 91/2013**, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTO DE MARCAÇÃO DE PONTO PARA REGISTRO DE TRABALHO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, de acordo com as especificações constantes no **ANEXO I** do **Pregão Eletrônico n.º 36/2013** e do **Processo 91/2013** mediante autorização da **CONTRATANTE** nas seguintes características:

(VIDE TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I).

CLÁUSULA SEGUNDA - BASES DO CONTRATO

2.1. Integram o presente Contrato os seguintes documentos, cujos termos, condições e obrigações, independentemente de transcrição, vinculam e obrigam as partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico n.º 36/2013** e seus anexos.

b) Proposta da **CONTRATADA**.

2.2. Este Contrato é regido pelas normas da Lei n.º 8666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das demais disposições deste contrato, são obrigações da **CONTRATADA**:

3.1. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes no referido processo a serem firmadas entre o **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL** e o **FORNECEDOR** serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

3.2. O **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL** poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

3.3. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pela Secretaria do Município.

3.4. Reparar ou indenizar, prontamente e a critério da **CONTRATANTE**, eventuais danos, avarias ou prejuízos ocasionados por ineficiência, negligência, erros ou irregularidades cometidas, mesmo culposamente, por seus empregados ou prepostos à **CONTRATANTE** ou a terceiros, no desempenho de suas atividades, autorizando, desde logo, o desconto em qualquer crédito que lhe favoreça.

3.5. Indicar responsável ou preposto com poderes para resolver quaisquer questões pertinentes ao serviço, para correção imediata de reclamações da **CONTRATANTE**.

3.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. Sua inadimplência com referência aos encargos referidos neste item, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ou restringir o serviço.

3.8. Manter durante toda a execução do Contrato as mesmas condições de habilitação e qualificação.

3.9. Não transferir quaisquer das obrigações e responsabilidades previstas, sem o prévio assentimento da **CONTRATANTE**.

3.10. Fornecer todo e qualquer material necessários, conforme as condições especificadas no Edital.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Efetuar o pagamento decorrente do presente contrato no prazo e condições estabelecidas na **Cláusula Sexta** deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA E PRAZO

5.1. O prazo de execução deste contrato será até a data de 31 de dezembro do exercício financeiro em que celebrada a contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO E DA ENTREGA

6.1. Os pagamentos serão efetuados por esta Prefeitura Municipal em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, a partir da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo fiscal do Processo/Contrato, nesse caso, os servidores Leandro Figueredo do Nascimento, pela Secretaria de Administração; Maria de Lourdes Teixeira Gonçalves, pela Secretaria de Planejamento; Sérgio Reis Machado Gomes, pela Secretaria de Saúde; Rita Helena da Silva Barbosa

Freitas; Fabrício Fernandes Teixeira, pelas Secretarias de Obras e Transportes, e Meio Rural e Fomento Econômico.

6.2 A forma de pagamento do Município de Lavras do Sul é por empenho, com depósito em conta devidamente identificada pelo Fornecedor em sua proposta.

6.3 Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens efetivamente entregues e atestados pelo Fiscal do Contrato, neste caso a servidora Olívia Soares Munhoz.

6.4. O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

6.5. Para o caso de faturas incorretas, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para devolução à CONTRATANTE, passando a contar novo prazo, após a entrega da nova NOTA FISCAL/FATURA.

6.6. Não serão considerados, para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da CONTRATANTE que importem no prolongamento dos prazos previstos neste edital e oferecidos nas propostas.

6.7. Os equipamentos ora licitados deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias após o pedido, que se dará pelo envio de cópia do respectivo empenho, devendo entregar o equipamento exatamente como descrito no Edital.

6.8. O Contrato de fornecimento deverá gerar garantia de no mínimo 01 (um) ano para os equipamentos que venham a ser adquiridos. Caberá à Empresa fornecedora disponibilizar responsável para que, independente da forma de transporte e entrega dos equipamentos, venha a instalar, testar e fornecer orientação técnica básica para uso e operação dos mesmos, no momento da entrega, aos servidores que forem designados responsáveis pela emissão de relatórios de efetividade, bem como oferecer assistência técnica com distância de, no máximo, 360km do Município. Cada unidade do equipamento deverá ser entregue acompanhada de 02 (duas) caixas de bobina do papel a ser usado pelo dispositivo, com 30 (trinta) bobinas em cada caixa.

6.8.1. Os equipamentos ora licitados, deverão ser entregues nos seguintes endereços, no horário das 08:00 e às 12:00 horas, nos dias úteis, onde serão instalados e testados pelo responsável técnico devidamente disponibilizado pela empresa, nos endereços indicados no **Termo de Referência – Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

7.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar a sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

7.1.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

7.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no **subitem 7.1.1.** será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

7.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

7.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 30 (trinta) dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.5. Se por culpa do fornecedor, quando do recebimento da ordem de fornecimento (empenho), houver atraso superior a dez dias úteis na entrega do(s) produto(s), garantida a defesa prévia, sofrerá ele as seguintes penalidades:

7.5.1. Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

7.5.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15%(quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

7.5.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

7.5.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

7.5.5. A ocorrência das hipóteses previstas nos subitens **7.1.1. “a”** e **7.1.2. “b”** desta Cláusula, além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

7.5.6. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

7.5.7. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos no caso de inexecução total do contrato;

7.5.8. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO DO CONTRATO

O descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, de suas obrigações legais ou contratuais assegura à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o Contrato, nos casos e formas dispostos nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8666/93, sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA NONA – VALOR DO CONTRATO E DOTAÇÃO

9.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelos materiais de consumo os seguintes valores:

9.2- A despesa decorrente deste Contrato correrá à conta da **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** da **CONTRATANTE**:

0048 04.122.0200 1.009.4.4.90.52.00.00.00.00.0001 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Administração.

0063 04.122.0200 1.010.4.4.90.52.00.00.00.00.0001 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Administração.

0138 08.244.0202 1.012.4.4.90.52.00.00.00.00.0001 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Planejamento.

0203 04.122.0206 1.018.4.4.90.52.00.00.00.00.0001 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Obras e Transportes.

0267 12.361.0208 1.028.4.4.90.52.00.00.00.00.0020 – Equip.Mat.Permanente – SMEC.

0268 12.361.0208 1.028.4.4.90.52.00.00.00.00.1049 – Equip.Mat.Permanente – SMEC.

0418 10.301.0213 1.029.4.4.90.52.00.00.00.00.4002 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Saúde.

0419 10.301.0213 1.029.4.4.90.52.00.00.00.00.0040 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Saúde.

0465 10.302.0213 2.117.4.4.90.52.00.00.00.00.4170 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Saúde.

0466 10.302.0213 2.117.4.4.90.52.00.00.00.00.4620 – Equip.Mat.Permanente – Sec. Saúde.

9.3. Incluídos no preço estão todas e quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente, incidam sobre a operação, ou ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

Para dirimir eventuais litígios na execução deste Contrato, fica eleito e convencionado o foro da comarca de Lavras do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinadas pelas partes **CONTRATANTES** e testemunhas.

Lavras do Sul,..... de de 2013.

ALFREDO MAURÍCIO BARBOSA BORGES

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____